

Diário eletrônico do

MPRS

www.mprs.mp.br



Porto Alegre, 16 de novembro de 2022.

Edição n. 3440-A

Nesta Edição: EXTRA

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
Concursos Públicos.....

2



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

JANELISE CRISTINE CORTES
ANHAIA:45031584068

Assinado de forma digital por JANELISE CRISTINE CORTES
ANHAIA:45031584068
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil
- RFB, ou=RFB e CPF: A3, ou=VALID, ou=AR BANRISUL,
ou=Presencial, ou=92702067000196, cn=JANELISE CRISTINE
CORTES ANHAIA:45031584068
Dados: 2022.11.16 14:03:58 -03'00'



Porto Alegre, 16 de novembro de 2022.

Edição n. 3440-A

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

**MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
XLIX CONCURSO PARA INGRESSO À CARREIRA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL****EDITAL N. 144/2022****RESULTADO PROVISÓRIO DAS PROVAS ORAIS**

TORNO PÚBLICO que a Comissão do XLIX Concurso para Ingresso à Carreira do Ministério Público, Edital n. 001/2020, publicado no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul em 07 de janeiro de 2020, **RESOLVE:**

I. DIVULGAR as notas dos candidatos que se submeteram às PROVAS ORAIS do XLIX Concurso para Ingresso à Carreira do Ministério Público:

INSCRIÇÃO	Cláudio Ari Pinheiro de Mello	André F. Janson Carvalho Leite	Bruno Heringer Junior	Mauro Fonseca Andrade	Fabiano Menke	Darci Guimarães Ribeiro	Marcelo Liscio Pedrotti	Denise Casanova Villela	MÉDIA
172882	8	8,5	10	10	5,5	8	9,5	7	8,31
172919	10	6,5	10	10	6	7	8,5	9	8,38
173094	10	9,5	9	10	6	7,5	8,5	8	8,56
173099	9	6	10	9,5	7	7,5	7	10	8,25
173101	9	5	9	10	5	6	8	5	7,13
173165	10	7	10	10	7	7,5	9	8,5	8,63
173182	10	8	10	8	8	5	10	9,6	8,58
173189	9	5,5	7	2	9	6	8,3	8,8	6,95
173215	9,5	7	9	9	7	7,5	8	8,8	8,23
173341	10	6	10	8	5	9	8,8	8,5	8,16
173357	9,5	6,5	9	10	8	5	7	6,5	7,69
173465	7,5	9	9	7	4	6,5	7	8	7,25
173552	5	6	2,5	9	5	6	9,8	7,1	6,30
173575	6	7,5	10	6	6,5	4	7	9	7,00
173656	4	4	7	2	3	3	9,5	5	4,69
173785	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE
173904	9	8	9	7,5	8,5	5	8,5	6,4	7,74
174117	10	5,5	7	8,5	6	7,5	9	7,9	7,68
174194	10	7,5	8	10	6,5	7	10	8,4	8,43
174383	10	7	9	2	7,5	6,5	6,5	7	6,94
174554	5	7	10	5	6,5	2	4	3	5,31
174642	10	6	10	7,5	8	5	6,8	7	7,54
174743	10	7	9	7,5	8	6	3	9,3	7,48
174769	10	9	8,5	3	8,5	7,5	9	7,5	7,88
174817	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE
174848	10	7	7,5	9,5	8,5	7,5	9	9,7	8,59
174992	7	6,5	10	9	7	8	10	7,3	8,10



Porto Alegre, 16 de novembro de 2022.

Edição n. 3440-A

175125	9,5	7	10	9	7,5	7	5,5	8,7	8,03
175183	9	7	8	10	7	6,5	8	6	7,69
175185	9,5	6,5	7	10	7	7	8,8	6,4	7,78
175387	9,5	9,5	9	10	5	7,5	9,25	7	8,34
175418	10	7	10	10	8,5	7,5	9	7	8,63
175545	9,5	6	9	9,5	9	5,5	8,5	8,6	8,20
175612	6	7,5	6	8,5	6,5	5	8,25	10	7,22
175776	10	9,5	10	10	8	7,5	9	8,6	9,08
175877	8,5	6,5	9	9	5,5	7,5	7	9,1	7,76
176100	7,5	7	10	9	7	5	9,8	5,5	7,60
176119	7,5	3	7	3	6,5	6	8	5	5,75
176159	8,5	7	7	2	4,5	7	9,8	7,3	6,64
176216	9,5	7	7	5	9	2	8,5	7,4	6,93
176431	10	8	9	9,5	7	6	7,5	3,3	7,54
176484	8	4	10	6,5	7	6	6,5	3,3	6,41
176623	9	6,5	8	10	7	6,5	8,8	7	7,85
176691	7	4	9	10	5,5	7,5	8,5	5,5	7,13
176986	8	7,5	7	8,5	5,5	4	7	6,4	6,74
177035	2	4,5	10	7,5	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE	3,00
177170	9,5	9	10	10	8	4	8,5	9,5	8,56
177245	9	6	6	9	8	5	9,5	8,5	7,63
177260	7,5	7	7,5	8	4	4	9,8	7,4	6,90
177263	7	6,5	8	10	5,5	4	9	10	7,50
177427	10	6	9	10	6,5	6,5	6,8	8,5	7,91
177541	8,5	5,5	8,5	7,5	6,5	5,5	3	9	6,75
177583	9,5	10	7	9,5	7	5	9	7	8,00
177855	9,5	8	8	10	8	7,5	9,8	8,4	8,65
178377	10	8,5	9	10	7	5,5	9,5	8	8,44

II. **DIVULGAR** a nominata provisória dos candidatos aptos a seguir no Concurso, nos termos do item 5 do Capítulo XIV do Edital n. 001/2020:

ANA BEATRIZ MAYR *
ANA CLAUDIA DUARTE NUNES RIBEIRO SILVA
ANA FLÁVIA AMARAL REZENDE
ANDRELISE BORRIN BAGATINI
ANDRESSA MAURENTE DA COSTA GARCIA *
ANITA SPIES DA CUNHA
ÁTILA CASTOLDI KOCHENBORGER *
BÁRBARA BISOGNO PAZ
CARLO GIACOMELLI CORVELLO *
CARLOS FELIPE SEVERO CHITÃO *
DANILO OLIVEIRA CARILLI
DAVI VAZQUEZ BARREIRA RANZEIRO DE BRAGANÇA
DEOCLECIO PEREIRA GONÇALVES JUNIOR



Porto Alegre, 16 de novembro de 2022.

Edição n. 3440-A

EDUARDO DA SILVA FAGUNDES
FABRÍCIO DIESEL PERIN
FAGNER MACIEL DA LUZ
FERNANDA COVESSI THOM
FERNANDO MELLO MÜLLER
FLAVIA QUIROGA QUINTAS
GABRIEL ANTÔNIO DE MORAES VIEIRA *
GIULIA PASTÓRIO MATHEUS
GUILHERME AUGUSTO DE OLIVEIRA MONTENEGRO
GUSTAVO ALEXANDRE RITTER
GUSTAVO BLUMER ALVES
HUGO PASTORIO PEREIRA
JESSICA OSMARINI MARQUES
LAIS SABOIA SOUTO
LUIZ FLÁVIO BARBIERI
LUIZA PRATA NEIVA FONSECA
MARCELO BALICKI
MARIA LUÍSA VIEIRA PERETTI
MARIO FERNANDO RIBEIRO DE MIRANDA MOURAO *
MATHEUS TRINDADE
MIRIAN ALVES DE SOUZA
NATHÁLIA FRARE BARBOSA
PATRICIA ALCALDE VARISCO
PAULO VITOR BERGAMO BRAGA
PEDRO HENRIQUE STAUDT SILVA *
RAFAEL GRABOSKI DOS SANTOS
RAFAEL WOBETO PINTER
RAÍSSA FONSECA TERENA
RAMONA ANCHIETA MENDEL
RENAN LOSS
RODRIGO DUTRA DORNELLES DUARTE
RODRIGO MAYER MELEO
SOFIA FREITAS SILVA
THIAGO LOUREIRO PIRES DE ABREU
ÚRSULA OLIVEIRA DA CUNHA *
VITOR CASASCO ALEJANDRE DE ALMEIDA

**candidatos que realizaram as provas sub judice.*

III. **ABRIR PRAZO** para interposição de pedidos de reconsideração por inconformidade com as notas atribuídas às PROVAS ORAIS, nos seguintes termos:

- Os pedidos de reconsideração, fundamentados, deverão ser interpostos exclusivamente pela internet. Para tanto, o candidato deverá **acessar seu cadastro** no sítio do Ministério Público (<http://concursos.mprs.mp.br/concursos>), selecionar a opção INTERPOSIÇÃO DE RECURSO e seguir as orientações que serão apresentadas.
- O período para interposição dos pedidos de reconsideração é das 10h do dia 17/11/2022 até às 17h do dia 21/11/2022.**
- O pedido de reconsideração interposto para cada questão está limitado a um máximo de 5.000 (cinco mil) caracteres.
- Não serão conhecidos os pedidos de reconsideração interpostos em desacordo com as especificações contidas no Capítulo XVII do Edital n. 001/2020 e neste edital.





Porto Alegre, 16 de novembro de 2022.

Edição n. 3440-A

- e) O link para acesso aos arquivos de vídeo das Provas Orais será enviado ao candidato até o dia 17/11/2022, por meio do endereço de e-mail indicado/confirmado quando da realização das provas orais.
- f) Será considerado apto a prosseguir no certame o candidato que obtiver média final igual ou superior a 6,00 (seis) pontos nas PROVAS ORAIS.

IV. **DIVULGAR**, no Anexo I deste edital, os pontos das PROVAS ORAIS do XLIX Concurso para Ingresso à Carreira do Ministério Público.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de novembro de 2022.

JÚLIO CÉSAR DE MELO,
Promotor de Justiça,
Secretário da Comissão do Concurso.

ANEXO I
PONTOS DAS PROVAS ORAIS

EXAMINADOR: DR. CLÁUDIO ARI PINHEIRO DE MELLO

1. Conceito de constituição. Classificações das constituições. Princípio da supremacia constitucional. Constitucionalismo. História do direito constitucional brasileiro. Teoria do neoconstitucionalismo.
2. Poder constituinte. Poder constituinte originário. Poder constituinte derivado. Limites formais à reforma constitucional. Limites circunstanciais às emendas constitucionais. Limites materiais à reforma constitucional. Cláusulas pétreas expressas e implícitas. Controle judicial de emendas constitucionais.
3. Teoria das normas constitucionais. Diferença entre princípios e regras constitucionais. Normas constitucionais quanto à eficácia. Interpretação das normas constitucionais. Princípios da interpretação constitucional. Mutação constitucional.
4. Teoria geral dos direitos fundamentais. Conceito de direitos fundamentais. Classificações e espécies de direitos fundamentais. Direitos fundamentais expressos e direitos fundamentais não expressos. Direitos fundamentais e direitos humanos. Dimensão objetiva e dimensão subjetiva dos direitos fundamentais.
5. Eficácia dos direitos fundamentais. Proteção judicial dos direitos fundamentais. Princípio da proporcionalidade. Tutela coletiva dos direitos fundamentais sociais e coletivos e processos estruturantes. Eficácia dos direitos fundamentais nas relações privadas.
6. Direitos de nacionalidade. Direitos políticos. Partidos Políticos.
7. Organização do Estado. Federação. Classificações da federação brasileira. Repartição das competências legislativas e executivas. Princípio da simetria.
8. Medidas de exceção. Intervenção federal. Estado de defesa. Estado de sítio. Controle judicial das medidas de exceção. Doutrina das questões políticas.
9. Organização dos Poderes. Princípio da separação dos poderes. Separação e colaboração entre poderes. Sistema constitucional de freios e contrapesos. Teoria dos diálogos interinstitucionais.
10. Poder Legislativo: estrutura, funcionamento e atribuições. Composição e organização. Competências. Comissões parlamentares de inquérito. Estatuto do parlamentar. Imunidades parlamentares. Perda do mandato do parlamentar.
11. Processo legislativo. Emendas constitucionais. Leis complementares, ordinárias e delegadas. Medidas provisórias. Decretos e resoluções legislativas.
12. Poder Executivo. Organização. Competências e responsabilização política. Chefias de Estado, Governo e Administração. Crimes de responsabilidade e impeachment.
13. Processo constitucional. Controle difuso de constitucionalidade. Arguição de inconstitucionalidade. Recurso extraordinário e repercussão geral. Técnicas de decisão. Efeitos das decisões. Controle de convencionalidade.
14. Controle concentrado de constitucionalidade. Ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade. Ação de inconstitucionalidade por omissão. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Súmula vinculante. Técnicas de decisão. Efeitos das decisões. Diálogos constitucionais.
15. Jurisdição constitucional de tutela de direitos. Habeas corpus. Mandado de Segurança. Habeas Data. Ação Popular. Ação Civil Pública. Controle de constitucionalidade por meio das ações constitucionais.
16. Constituição e ordem econômica. Princípios da constituição econômica. Atuação do Estado na economia.
17. Estatuto da Cidade. Diretrizes Gerais. Princípios fundamentais do Estatuto da Cidade. Instrumentos da Política Urbana. Gestão democrática da cidade. Plano diretor.
18. Regularização fundiária. Objetivos da Regularização fundiária urbana. Espécies de regularização fundiária urbana. Princípios e instrumentos de proteção do direito à moradia. Legitimação de posse. Legitimação fundiária. Processo administrativo de regularização fundiária urbana. Conciliação judicial e extrajudicial dos conflitos possessórios urbanos. Arrecadação de imóveis abandonados.
19. Princípios gerais de Direito Ambiental. Direito fundamental à proteção do meio ambiente. Direito ao meio ambiente equilibrado. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Princípios do usuário-pagador e do poluidor-pagador. Princípios da precaução, prevenção, reparação, informação e participação. Vedação de retrocesso socioambiental. A ordem constitucional do meio ambiente. Obrigações constitucionais do Poder Público de tutela geral do meio ambiente.
20. Política Nacional do Meio Ambiente. Objeto, finalidade e instrumentos. Sistema Nacional de Meio Ambiente e seus integrantes. Licenciamento ambiental. Competência. Características. Tipos. Licença prévia. Licença de instalação. Licença de operação. Zoneamentos ambientais. Estudo prévio de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental. Participação popular.

EXAMINADOR: DR. ANDRÉ FERNANDO JANSON CARVALHO LEITE

1. Finanças públicas na Constituição Federal. Orçamento. Conceito, espécies e princípios orçamentários.
2. Gestão Fiscal Responsável. Lei de Responsabilidade Fiscal Federal e Estadual. Receita e Despesa.
3. Princípios Constitucionais Tributários e limitações constitucionais ao poder de tributar.





Porto Alegre, 16 de novembro de 2022.

Edição n. 3440-A

4. Sistema Tributário Nacional. Tributos e suas espécies. Conceito, definição e características.
5. Obrigação tributária e crédito tributário. Constituição, suspensão da exigibilidade, extinção e exclusão do crédito tributário.
6. Princípios do Direito Administrativo. Princípios constitucionais da administração pública.
7. Poderes administrativos.
8. Agentes e servidores públicos. Normas constitucionais, regime jurídico e regime previdenciário.
9. Atos administrativos. Conceito, requisitos, atributos, classificações e espécies.
10. Contratos e convênios administrativos. Licitação. Assento constitucional, princípios e modalidades.
11. Controle da administração pública. Controles internos e externos. Controles administrativo, legislativo e jurisdicional.
12. Administração pública e probidade administrativa.
13. Bens Públicos. Conceito, classificação e regime jurídico.
14. O município nas Constituições Federal e do Estado do Rio Grande do Sul. Competências. Autonomia municipal.

EXAMINADOR: DR. BRUNO HERINGER JUNIOR

1. Princípios constitucionais e mandados constitucionais de incriminação.
2. Lei penal no tempo. Lei penal no espaço. Imunidades diplomáticas e parlamentares. Conflito aparente de normas penais.
3. Conduta punível: ação e omissão. Insignificância e adequação social. Resultado e nexo de causalidade.
4. Crime doloso e crime culposo. Erro no direito penal. *Aberratio causae*.
5. Antijuridicidade.
6. Culpabilidade. Crime praticado por agente indígena.
7. Crime consumado e crime tentado. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime impossível. Delito putativo. Flagrantes provocado, esperado e forjado.
8. Penas e medidas de segurança.
9. Causas de extinção da punibilidade.
10. Crimes contra a pessoa.
11. Crimes contra o patrimônio.
12. Crimes contra a dignidade sexual.
13. Crimes contra a fé pública. Contravenções penais.
14. Crimes contra a administração pública.
15. Crimes de drogas. Crimes relativos a armas de fogo. Crime organizado.
16. Crimes hediondos e assemelhados. Crimes de tortura.
17. Crimes de trânsito. Crimes ambientais.

EXAMINADOR: DR. MAURO FONSECA ANDRADE

1. Princípios processuais penais.
2. Direitos e garantias processuais penais presentes na Constituição Federal, em normas infraconstitucionais e em tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil.
3. Sistemas processuais penais.
4. Acesso à justiça penal.
5. Investigação criminal policial (inquérito policial).
6. Investigações criminais extrapoliciais (investigação criminal do Ministério Público e do Poder Judiciário).
7. Verificação preliminar de informação.
8. Sujeitos da persecução penal.
9. Incompatibilidades e impedimentos.
10. Teoria geral do processo penal.
11. Ação penal pública.
12. Ação penal privada.
13. Ação civil "ex delicto". Ação de execução "ex delicto".
14. Jurisdição. Competência.
15. Das exceções. Questões e processos incidentes.
16. Medidas assecuratórias.
17. Prisão cautelar, medidas cautelares diversas da prisão e liberdade provisória. Audiência de custódia.
18. Teoria geral da prova penal.
19. Provas em espécie. Prova penal típica e atípica.
20. Processo penal.
21. Teoria geral dos procedimentos.
22. Procedimentos em espécie.
23. Negócios jurídicos processuais: colaboração premiada, acordo de não persecução penal e acordo de leniência.
24. Teoria geral das nulidades.
25. Nulidades em espécie.
26. Sentença penal e demais atos judiciais.
27. Coisa julgada.
28. Teoria geral dos recursos.
29. Recursos em espécie. Correição parcial. Reclamação.
30. Ações de impugnação (mandado de segurança, "habeas corpus" e revisão criminal).

EXAMINADOR: DR. FABIANO MENKE

1. Teoria do fato jurídico.
2. Direitos da Personalidade.
3. Morte presumida



Porto Alegre, 16 de novembro de 2022.

Edição n. 3440-A

4. A obrigação como processo.
5. Pagamento.
6. Revisão dos contratos.
7. Posse e Propriedade.
8. Proteção da pessoa dos filhos.
9. Pacto antenupcial.
10. Sucessão testamentária.
11. Contratos de Consumo.
12. Vícios dos produtos e serviços. Incidentes e acidentes de consumo.
13. Cláusulas contratuais abusivas.
14. Lei Geral de Proteção de Dados – Lei n. 13.709/2018.
15. Desconsideração da Personalidade Jurídica.
16. Contrato social.
17. Sociedades coligadas, controladas e de simples participação.
18. Incorporação, fusão, cisão e transformação das sociedades.
19. Sentença de falência e seus efeitos
20. Lei n. 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem).

EXAMINADOR: DR. DARCI GUIMARÃES RIBEIRO

1. Das Normas Fundamentais do Processo Civil.
2. Da Intervenção de Terceiros.
3. Da Tutela Provisória.
4. Do Procedimento Comum.
5. Das Provas.
6. Do Cumprimento da Sentença.
7. Dos Procedimentos Especiais.
8. Do Processo de Execução.
9. Dos Recursos.
10. Das ações constitucionais.
11. Da atuação judicial e extrajudicial do Ministério Público nas Fundações Públicas e Privadas.

EXAMINADOR: DR. MARCELO LISCIO PEDROTTI

1. Ministério Público: Divisão. Funções Institucionais. Estrutura Organizacional. Regime Jurídico dos Membros. O Órgão do Ministério Público. Constituição Federal. Constituição Estadual. Lei Orgânica Nacional (Lei Federal nº 8.625/1993). Lei Orgânica Estadual do Rio Grande do Sul (Lei Estadual nº 7.669/1982). Estatuto Estadual do Ministério Público do Rio Grande do Sul (Lei Estadual nº 6.536/1973).
2. Princípios, Garantias, Prerrogativas, Vedações e Deveres: Princípios Institucionais: Unidade, Indivisibilidade e Independência Funcional. Garantias Constitucionais do Membro: Inamovibilidade, Irredutibilidade de Vencimentos e Vitaliciedade. Prerrogativas do Membro. Foro por Prerrogativa de Função. Vedações Constitucionais do Membro. Deveres Legais do Membro. Constituição Federal. Lei Orgânica Nacional (Lei Federal nº 8.625/1993). Lei Orgânica Estadual do Rio Grande do Sul (Lei Estadual nº 7.669/1982). Estatuto Estadual do Ministério Público do Rio Grande do Sul (Lei Estadual nº 6.536/1973).
3. Procuradoria-Geral de Justiça: Procurador-Geral de Justiça. Aspectos gerais. Atribuições. Constituição Federal. Lei Orgânica Nacional (Lei Federal nº 8.625/1993). Lei Orgânica Estadual do Rio Grande do Sul (Lei Estadual nº 7.669/1982). Estatuto Estadual do Ministério Público do Rio Grande do Sul (Lei Estadual nº 6.536/1973).
4. Corregedoria-Geral do Ministério Público: Corregedor-Geral do Ministério Público. Aspectos gerais. Atribuições. Constituição Federal. Lei Orgânica Nacional (Lei Federal nº 8.625/1993). Lei Orgânica Estadual do Rio Grande do Sul (Lei Estadual nº 7.669/1982). Estatuto Estadual do Ministério Público do Rio Grande do Sul (Lei Estadual nº 6.536/1973).
5. Normas Disciplinares: Penalidades. Normas Procedimentais. Reclamação Disciplinar. Inquérito Administrativo. Processo Administrativo-Disciplinar. Afastamento Preventivo. Recursos. Revisão. Reabilitação. Estatuto Estadual do Ministério Público do Rio Grande do Sul (Lei Estadual nº 6.536/1973).
6. Promoção e Remoção: Constituição Federal. Lei Orgânica Nacional (Lei Federal nº 8.625/1993). Estatuto Estadual do Ministério Público do Rio Grande do Sul (Lei Estadual nº 6.536/1973).
7. Estágio Probatório: Constituição Federal. Lei Orgânica Nacional (Lei Federal nº 8.625/1993). Estatuto Estadual do Ministério Público do Rio Grande do Sul (Lei Estadual nº 6.536/1973).
8. Órgãos Colegiados: Colégio de Procuradores de Justiça. Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça. Conselho Superior do Ministério Público. Aspectos gerais. Atribuições. Constituição Federal. Lei Orgânica Nacional (Lei Federal nº 8.625/1993). Lei Orgânica Estadual do Rio Grande do Sul (Lei Estadual nº 7.669/1982). Estatuto Estadual do Ministério Público do Rio Grande do Sul (Lei Estadual nº 6.536/1973).
9. Conselho Nacional do Ministério Público: Composição. Competência. Resoluções. Orientações e Recomendações de Caráter Normativo. Constituição Federal. Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

EXAMINADORA: DRA. DENISE CASANOVA VILLELA

1. DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - 1. Direitos fundamentais da criança e do adolescente. 1.1. Direito à vida e à saúde. 1.2. Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade. 1.3. Direito à convivência familiar e comunitária. 1.1.1. Família natural, extensa ou ampliada. 1.1.2. Família substituta: Guarda, tutela e adoção. 1.4. Direito à educação na Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei n. 11.494/2007 e Plano Nacional de Educação. 1.5. O combate ao bullying na Lei n. 13.185/2015 e na Lei estadual n.13.474/2010. 1.6. Direito à cultura, ao esporte e ao lazer. 1.7. Direito à profissionalização e à proteção no trabalho.
2. DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - Medidas de proteção à criança e ao adolescente.



Porto Alegre, 16 de novembro de 2022.

Edição n. 3440-A

3. DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE – Ato infracional. 3.1. Conceito e tempo do ato infracional. 3.2. Inimputabilidade. 3.3. Direitos e garantias do adolescente em conflito com a lei e em cumprimento de medida socioeducativa. 3.4. Medidas socioeducativas. 3.5. Remissão.
4. DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - Medidas pertinentes aos pais ou responsável.
5. DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - Conselho Tutelar. 5.1. Disposições gerais. 5.2. Atribuições. 5.3. Competência. 5.4. Processo de escolha dos Conselheiros. 5.5. Impedimentos.
6. DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - Crimes e infrações administrativas praticados contra a criança e o adolescente.
7. DIREITO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência.
8. DIREITO ELEITORAL - 8.1. Direitos Políticos. 8.2. Direitos fundamentais e direitos políticos; 8.3. Privação dos direitos políticos.
9. DIREITO DO IDOSO - Medidas de proteção previstas no Estatuto do Idoso e Política de Atendimento. Alternativa ao asilamento. Fiscalização das entidades de atendimento. Regulamentação sanitária.
10. DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - Direito à habilitação, reabilitação e integração social, educação, profissional de apoio escolar, saúde, formação profissional, recursos humanos, acessibilidade, barreiras, tecnologia assistiva, adaptações razoáveis e assistência social. Residências inclusivas. Gratuidade nos transportes coletivos. Prioridade no atendimento. Discriminação. Criminalização do preconceito.